

Wikileaks e Internet: O que poderá mudar no jornalismo a partir daqui

Liliana Pacheco

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal

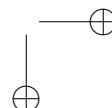
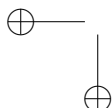
E-mail: lilianateresapacheco@iscte.pt

MANUEL CASTELLS sustenta que a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Este autor defende que a internet, além de um meio, é a base tecnológica para a forma organizacional por excelência da sociedade na idade da informação: as redes. Ainda na óptica de Castells, a internet é ainda mais do que isso e tem a si associada uma cultura de redes, que transcende o controlo organizacional e a máxima que acompanha esta noção é a de que complexidade gera mais complexidade.

Esta ideia é interessante para tentarmos compreender um fenómeno comunicacional, social e político que marcou definitivamente o ano de 2010: o caso Wikileaks.

A Wikileaks é uma organização de media não-lucrativa destinada a trazer a público informação importante. Assume-se com uma forma de publicar online informação de natureza ética, política ou histórica, de forma anónima e combatendo a censura. Desde a sua fundação, em 2006, a Wikileaks já libertou informação prejudicial ao governo do Quênia, informação relativa às guerras do Iraque e Afeganistão, reportou vários abusos ambientais, entre muitos outros casos polémicos. Nos primeiros três anos da sua existência, contudo, a Wikileaks não conheceu a dimensão que tem actualmente. Este estatuto de que goza nos dias que correm devem-se, em parte à forma como foi veiculada a informação contida nos telegramas diplomáticos americanos e à sua repercussão nos media tradicionais.

Quem constitui efectivamente a Wikileaks? A organização é composta por cinco pessoas que trabalham a *full-time* e cerca de 800 colaboradores, espalhados pelo mundo. São jornalistas, programadores, engenheiros informáticos, matemáticos, que acreditam que esta é uma forma de lutar pela liberdade de imprensa. Julian Assange é o fundador, editor e porta-voz do Wikileaks. Não



é uma figura consensual, tendo vindo já a enfrentar problemas com a justiça desde a juventude, devido às suas actividades de *hacker*.

Pela definição de Eric Raymond, um *hacker* é aquele que é reconhecido na cultura *hacker* enquanto tal. Pekka Hinamen sugere que há um mal-entendido na forma como a opinião pública entende o *hacker*: este seria apenas um programador informático e um conhecedor dos sistemas de redes, enquanto aqueles que se dedicam a furar redes de segurança são conhecidos como *crackers* e, normalmente, são banidos da própria comunidade. Um traço da cultura *hacker* é a crença na reinvenção da sociedade através do progresso tecnológico aberto e grátis.

Voltando ao caso Wikileaks, em Novembro de 2010, cinco das mais importantes publicações do mundo, numa operação concertada, libertaram informações retiradas de telegramas confidenciais da diplomacia americana cedidos pela Wikileaks, para que fosse feita análise da informação pelos seus jornalistas reconhecidos e, posteriormente, publicada. Os jornalistas do *The Guardian*, *Le Monde*, *New York Times*, *Der Spiegel* e *El País* são responsáveis pelo *gatekeeping*, uma vez que no mar de informações presentes nos telegramas, são eles que seleccionam a que é que vão conceder relevância. No entanto, não podemos obliterar que é a Wikileaks que proporciona o acesso aos dados e escolhe os meios que os vão divulgar, logo tem poder sobre eles.

Os motivos que movem as fontes do Wikileaks – que são *insiders*, com acesso a informação confidencial, ou *crackers*, que quebram os sistemas de segurança – podem ser sobretudo dois: um sentido de justiça ou uma forma de retaliação contra os seus empregadores. A Wikileaks é uma intermediária entre as fontes e o público, e os jornais estão a funcionar como segundos intermediários. A imprensa escrita volta assim a recuperar importância – a escolha destes jornais, e não de outros, deve-se muito a uma questão de credibilidade. Os jornais estão registar um aumento nas vendas devido às notícias da Wikileaks, logo é uma situação de win-win para ambos os envolvidos, tanto que se fala de uma relação de parceria, que não é normalmente o tipo de relação entre uma fonte e um jornalista. Independentemente do interesse público que os jornais possam atribuir à informação que lhes chega, não deixam de ser um instrumento da estratégia da WikiLeaks. Os media tradicionais assumem então um papel indispensável para o sucesso da plataforma. Se não, vejamos: durante a publicação dos telegramas no passado mês de Novembro, o site do *The New York Times* registou mais de 18 milhões de visitantes únicos,

enquanto o Wikileaks esteve nos 350 000. Isto demonstra que o Wikileaks não é um site que a maioria dos internautas visitem, onde existe muita informação, mas descontextualizada, ao contrário do que acontece com os media tradicionais.

Com a Wikileaks e os fenómenos em rede, ficou demonstrado que uma informação pode não ser entregue a um jornalista, mas ficar disponível para todo o mundo e aumentar exponencialmente o seu impacto. De uma quantidade massiva de informação, cada um pode analisar e procurar aí as suas histórias – comunicação de muitos para muitos.

Mudarão este tipo de fugas, em que não se conhecem as fontes, a forma como se faz jornalismo? Continuarão os jornais tradicionais a ter a mesma importância na recolha e disseminação de informação? Quem passarão a ser as fontes, como se contactam e como se verificam? Muitos consideram exagerado que este episódio vá alterar profundamente o jornalismo ou a diplomacia, como Bill Keller, editor executivo do *The New York Times* afirmou recentemente à *Time*. No entanto, o jornalismo baseado em análise de bases de dados, em que o Wikileaks se especializou, parece que veio para ficar. É o próprio Tim Berners Lee que o proclama, como o futuro da profissão. As pessoas não têm tempo nem disposição para gerir grandes quantidades de dados, é necessário o olho treinado do jornalista para as descodificar e tornar acessível a todos.

Heather Brooke, editora do *Guardian*, escreveu no dia em que o jornal inglês publicou os documentos secretos, que para alguns esta ocorrência marca, sem dúvida, uma crise, ao passo que para outros é uma enorme oportunidade. A jornalista acredita que a tecnologia está a quebrar as barreiras tradicionais sociais do status, das classes, do poder, da riqueza e da geografia – substituindo-as por um *ethos* de colaboração e transparência. Acrescenta que muita da indignação relativa à publicação destes documentos não tem propriamente a ver com o seu conteúdo, mas com a audácia de quebrar o que outrora era absolutamente inviolável.

Os próprios editores dos jornais têm visto a necessidade de responder aos leitores em fóruns e em redes sociais, uma prática que não é comum. Para Carlos Yarnoz, subdirector do *El País*, este tipo de informação acarreta muitos cuidados na forma como deve ser tratada. Sendo por definição parcial, o jornalista deve criar um distanciamento e deixar claro aos leitores que estes conteúdos são resultado do trabalho de diplomatas, em correspondência

com os seus respectivos governos, e não era suposto chegarem ao domínio público. Um telegrama é uma comunicação confidencial que é enviada de um posto diplomático para outro, através de uma rede considerada segura. Para o jornalista, deve evitar-se o sensacionalismo nos títulos e, sobretudo, há a necessidade de se estar muito atento para não colocar pessoas em perigo com a informação divulgada, em particular indivíduos que não tinham noção de que as suas conversas estavam a ser reportadas através de canais de comunicação diplomáticos. Azeredo Lopes, presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, defendeu no seu blogue *Vai e Vem* que o que o WikiLeaks faz não é jornalismo. Desde logo, porque graças ao anonimato, os seus responsáveis não têm acesso às fontes primárias da informação que divulgam, não sendo possível cruzá-la, fazer o contraditório, investigar, editar. Na perspectiva de Azeredo Lopes, o WikiLeaks publica informação «em bruto», limita-se a ser um depósito de materiais que outros consideram de interesse para os fins que perseguem, logo a primeira triagem não é feita pelo WikiLeaks, mas sim por quem lhe fornece a informação. Uma fonte é sempre parte interessada e a(s) fonte(s) do WikiLeaks, tal como o próprio WikiLeaks, não fogem à regra.

Na perspectiva de Azeredo Lopes, o jornalismo sai descredibilizado e perdido, uma vez que todos os jornalistas, estão agora confinados ao papel de repetirem aquilo que foi visto, seleccionado e analisado por outros, fingindo que participam em todo o processo: **«Mais do que motores decisivos no exercício da liberdade de informação, foram instrumentos úteis, naquilo que, realmente, foi um negócio muito frutuoso para as duas partes.** Uma delas garante a tal legitimação e o certificado de “qualidade jornalística”; a outra assegura um importante impulso na sua visibilidade e nas suas vendas.»

Outro aspecto que não tem sido devidamente contextualizado nos media tradicionais é que as interpretações do que vem escrito nos telegramas não são verdades absolutas: há alguma factualidade, mas há também opiniões, interpretações e deduções que resultam muitas vezes de relatos em segunda ou terceira mão. Seria interessante, a bem da transparência, demarcar exactamente o que é factual e o que são suposições.

Depois da disseminação da noção de jornalista-cidadão, na qual os consumidores passaram a ser também as fontes de informação, assistimos agora a um fenómeno em que qualquer cidadão pode ser fonte de informação con-

fidencial, no qual os sectores público e privado se vêem mais expostos que nunca.

Vai nascer a Openleaks (fundada por dissidentes da Wikileaks em desacordo com a gestão de Julian Assange), já existe a Indonleaks e a Brusselsleaks, e fala-se de novos sítios. A própria Wikileaks promete para o início de 2011 revelação de dados do sector privado, até agora poupado a estas fugas em massa.

Por outro lado, há uma confusão cada vez mais espalhada que leva a pôr no mesmo saco todas as formas de media «sociais» (blogues, Twitter, Facebook, YouTube ou WikiLeaks). Porque utilizam todos a mesma tecnologia, estes suportes formariam um conjunto homogéneo. Todavia, ao contrário dos outros media cooperativos, o WikiLeaks submete os documentos destinados a publicação a um processo de verificação. Os media sociais não são, portanto, todos iguais face à informação e seria errado atribuir-lhes a mesma capacidade de influência.

Vivemos numa época de grande mudança ao nível de estruturas e de configurações. O Wikileaks mostra que os modelos concentrados e controladores têm no contexto actual que se confrontar com modelos alternativos, que rompem com as lógicas etnocêntricas e exclusivistas dos meios mediáticos comerciais e dos governos que os suportam. A cultura colaborativa tem mostrado nos últimos anos uma força incomensurável, já que no mundo digital, as condições de construção de hegemónias e constituição de poderes são distintas - favorecem significativamente a democratização das comunicações. O cidadão comum depara-se com a possibilidade de quebrar a hegemonia informativa e de concretizar formas de democracia comunicativa. Manuel Castells afirma os meios de comunicação estão inscritos num contexto empresarial e político vulnerável a pressões, quando as informações que veiculam possam ser comprometedoras, o que não se verifica com a internet.

No entanto, seria utópico acreditar que todas as vozes se podem fazer ouvir através das redes: ainda só uma parte privilegiada da população mundial tem acesso à internet – à tecnologia e aos suportes que são necessários para estar ligado: computador, modem, ligação telefónica. Além disso, há ainda a questão da literacia digital, isto é, de possuir as competências necessárias para fazer um bom uso de todas as potencialidades da rede.

Para alguns autores, quem vê neste episódio a morte do jornalismo ou o desaparecimento do Estado-nação comete o mesmo erro: confunde evolu-

ção e eliminação. As circunstâncias e o sucesso da divulgação do «Diário da Guerra do Afeganistão» mostram que o jornalismo tradicional mantém a sua utilidade. A natureza do papel que é levado a desempenhar que está a mudar. **Christian Christensen, num artigo para o *Le Monde Diplomatic*** assegura que o mito do fim do jornalismo – e o do triunfo dos media sociais – repousa sobre a ilusão de que existiria uma ligação causal entre «informação» e «progresso democrático». Ora, para este autor, a ideia de que o acesso a uma informação «em bruto» é em si mesmo portador de mudança, mais ou menos radical, é tão ingénua como a que atribui esse mesmo poder libertador intrínseco à tecnologia. A informação, tal como a tecnologia, só é útil graças aos conhecimentos e às competências que permitem fazer dela um uso pertinente.

Para Christensen, ao contrário dos discursos que definem o universo digital como «horizontal», sem limites e fluido, o WikiLeaks lembra-nos que as estruturas, as fronteiras e as leis não perderam minimamente a sua importância, apesar de uma grande parte do discurso que glorifica a Internet assentar na ideia de que vivemos já num mundo desprovido de fronteiras.

Desafios Geopolíticos

Desde Novembro que as notícias em todo o mundo são, quase diariamente, dominadas, por revelações mais ou menos secretas, avaliações mais ou menos confidenciais, retratos mais ou menos embaraçosos, de governantes, governos e diplomatas. O que acaba por ser irónico é o facto de o principal visado nestas fugas seja os Estados Unidos, que estão na vanguarda da inovação tecnológica e tentam exportar, através da tecnologia, o modelo da sua democracia para locais como a China ou o Irão. Quanto mais um governo e uma sociedade dependem dos seus avançados sistemas de comunicação, mais expostos estão a ciber-ataques, como roubo de informação confidencial, poluição de bases de dados ou «crashar» o sistema.

As fugas de informação não são um fenómeno novo, mas as potencialidades da rede fazem com que seja possível enviar grandes quantidades de informação para muita gente à volta do mundo num curtíssimo espaço de tempo. Esta escala não tem precedentes – foram já libertados 251,287 telegramas formalmente secretos da diplomacia americana.

A diplomacia americana foi obrigada a desdobrar-se em explicações e motivou várias declarações de outros líderes do mundo visados nos telegramas americanos. As relações entre os estados foram expostas. Estando em causa relações diplomáticas, creio que serão mesmo as relações pessoais as mais afectadas por algumas revelações. Os Estados Unidos e a França não deixarão de ser aliados estratégicos por causa de comentários triviais dos diplomatas, mas as relações pessoais deverão sair prejudicadas.

A política pós-moderna tem as suas estratégias organizadas em rede. Há uma rede de estados em que todos estão ligados. Para existir um maior controlo do ciberespaço, os estados precisam de perder soberania: têm de convergir esforços e partilhar o poder. Ao longo da história, o controlo da informação tem sido a essência do poder dos estados. Nesta conjuntura, por um lado, estamos positivamente desterritorializados, ou seja, através da rede emergem novos movimentos transnacionais sociais, políticos e culturais, os quais cada vez mais se constituem como poder de oposição ao instituído, e possibilitam que as vozes anteriormente ignoradas sejam ouvidas. A criatividade e a capacidade de mobilização assumem-se como instrumentos importantes para conquistar um lugar na sociedade em rede. No entanto, esta capacidade de mobilização através das redes que a internet possibilita, também comporta um lado mais obscuro, já que pode servir qualquer fim, como o tráfico (de pessoas ou bens) ou o terrorismo. Estas redes interactivas de comunicação são a base de uma nova geografia de ligações e sistemas, que constituem o mundo virtual e aquilo que chamamos de cibercultura. Segundo Castells, a predominância das redes no mundo pós-moderno coloca em questão categorias e conceitos tradicionais - como os de individualismo ou o de relações de poder. Dimensões básicas da vida, como o tempo e o espaço, são desconstruídas, e a interacção acontece num mundo globalizado no qual, todos os processos convergem num só processo, em tempo real, no planeta inteiro.

Num ensaio de Kenan Malick, a propósito da questão da transparência, o autor mantém que todas as instituições requerem um certo grau de opacidade. Para ele, essa característica é inerente ao facto de serem instituições, e é uma das características que as demarca do resto do mundo. Na óptica de Malick, nenhum serviço diplomático, nenhum governo poderia existir se cada hipótese ou cada movimento fosse constantemente monitorizado. A transparência total poderia minar a possibilidade de governação. Assim, se aceitamos que os governos e os serviços diplomáticos são um mal necessário, o autor de-

fende que temos de aceitar que é necessário um grau de opacidade. A questão é que é diferente omitir informação sobre questões preponderantes ou ter a privacidade necessária ao bom desempenho das suas funções. A linha entre liberdade e abuso é, na verdade, bastante ténue.

Os responsáveis da Wikileaks advogam que estão a fazer serviço público ao revelar informação confidencial, mas não estarão igualmente a ultrapassar os direitos das pessoas ao lerem correspondência alheia? O facto de se ser um diplomata ou um político altera o facto de que uma caixa de e-mail é privada? Um dos aspectos que mais se discute nos últimos dias é a questão de os advogados, os médicos, e outros profissionais (jornalistas incluídos), estão protegidos no que respeita a informação confidencial. Esta protecção não se deveria aplicar também aos profissionais que, por acaso, exercem cargos governamentais e cujo trabalho, ao longo de vários anos, foi exibido publicamente. Numa democracia, os cidadãos têm o direito de saber que os políticos que elegeram torturaram prisioneiros, por exemplo. Mas, por outro lado, será que nenhum segredo governamental deverá manter-se secreto?

O próprio Julian Assange mostrou-se indignado com o facto de o jornal *Guardian* ter publicado pormenores da acusação de crimes sexuais de que é alvo, enquanto o mesmo *Guardian* é um dos eleitos para difundir as informações secretas da Wikileaks. A liberdade de expressão só conhece limites quando somos nós o objecto dessa informação?

Uma das hipóteses levantadas é que as fugas vão fazer com que os governos revejam a forma como lidam com a informação. Ao invés de um mundo mais transparente, os governos podem tornar a sua informação bastante mais secreta. Com este caso, os governos compreenderam que, apesar de fugas de informação terem existido sempre, com a internet, largas quantidades de dados podem circular muito rapidamente por todo o mundo. Outro dos riscos é que os governos totalitários, ao verem o que tem acontecido nos Estados Unidos ou na Europa, adoptem medidas mais draconianas em relação ao acesso à internet dos seus cidadãos.

Outra tese é a de que informação secreta irá sempre existir, mas que irá mudar aquilo que é classificado como secreto – observações pessoais sobre a indumentária da primeira-dama talvez não mereçam a categoria de segredo de estado, mas informações sobre o sistema de defesa nacional sim.

Para o editor do *El País*, algumas consequências possíveis do episódio Wikileaks serão uma alteração no sistema de comunicações da diplomacia

americana – o jornalista acredita que neste momento questões de segurança e outras questões técnicas já estejam a ser tratadas. Eventualmente, a própria forma como os diplomatas trabalham poderá vir a ser alvo de discussão. Na opinião do jornalista, é também inevitável, depois disto, que Washington tenha de vir a ser mais sincera com alguns dos seus aliados e o mesmo se aplicará a outros países: «há uma falha clara entre as políticas oficiais e públicas e aquilo que os líderes estão a fazer ou a dizer em privado. Isso não é justo para a opinião pública dos países que representam.»

John Arquilla e David Ronfeldt desenvolvem na sua obra o conceito de Noopolitik, que surge em contraposição do conceito de Realpolitik. Esta abordagem política estaria mais próxima dos valores, do primado das ideias e da ética, do que propriamente de um poderio militar com estruturas de poder centralizadas. Enquanto que a Realpolitik tende a reservar maior poder aos estados, a Noopolitik defende uma perspectiva de cooperação entre os diferentes estados e entre estes e os actores não governamentais. Os autores sustentam que a proliferação de organizações não-governamentais vai influenciar decisivamente a forma como se faz política e as estratégias de informação e comunicação no presente e no futuro. Para Arquilla e Ronfeldt, poder, segurança e estratégica estão definitivamente interligados na era da informação. Relacionado com este conceito, encontramos o de Noosphere, inicialmente concebido por Vladimir Vernadsky e Teilhard de Chardin, que seria a esfera do pensamento humano e que, actualmente, se cruza com o ciberespaço, no sentido em que é uma rede viva de pensamento global.

A nível geográfico, a sede da WikiLeaks é na Suécia. Beneficia, por isso, do nível de garantia excepcional que a lei sueca oferece a quem lança alertas em termos de protecção do anonimato das fontes. É também uma empresa sueca, a PRQ, que aloja o WikiLeaks, mas todos os documentos dirigidos ao sítio passam por servidores situados na Bélgica, já que a Bélgica dispõe também de leis muito estritas sobre a protecção das fontes. Finalmente, o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, escolheu apresentar o vídeo *Collateral Murderer* (do massacre de civis, em Bagdade, por um helicóptero americano) na Islândia, país que promulgou recentemente um conjunto de leis destinadas a fazer do país um refúgio para quem lança alertas e o jornalismo de investigação - *Icelandic Modern Media Initiative*.

Há exemplos vários que nos mostram que os Estados e as leis nacionais desempenham um papel importante na suposta fluidez do mundo digital.

Basta que vejamos as restrições ao acesso a determinados sítios na China ou a proibição da reprodução de determinados vídeos no Youtube por causa das questões dos direitos de autor. É verdade que a estrutura do WikiLeaks, graças à tecnologia digital, foi pensada de forma a contornar certas legislações nacionais, mas ela destina-se também a beneficiar das leis de outros países. O WikiLeaks não existe acima ou para lá das leis: o sítio procura os quadros jurídicos que lhe são mais favoráveis e age em conformidade.

Neste momento, pesa sobre Julian Assange uma acusação que parece muito conveniente no contexto de tentativa de silenciamento da Wikileaks. No entanto, os leitores da *Times* elegeram-no a figura do ano (que a revista optou por substituir pelo bem mais consensual Mark Zuckerberg, criador do *Facebook*) e tem havido imensos movimentos de apoio a pedirem a sua libertação.

Paralelamente à via judicial, há iniciativas que pretenderam asfixiar técnica e financeiramente o WikiLeaks. O Bank of America, como já o havia feito a MasterCard, a Visa, a PayPal e a Amazon, anunciou que deixará de processar transacções financeiras relacionadas com a WikiLeaks. Isto gerou uma represália de hackers, que atacaram os sistemas informáticos destas empresas. Quando o sítio do Wikileaks ficou indisponível, por acção dos governos, esta comunidade criou uma série de outros sítios “espelho” onde reproduziam a informação que era veiculada através da Wikileaks.

Para terminar, deixo apenas outra questão que vai ser curioso acompanhar: os directores dos órgãos de comunicação envolvidos na *pool* admitida pela WikiLeaks apenas acordaram o início da publicação. O fim da divulgação dos telegramas ainda não tem data marcada. Será que a Wikileaks vai desaparecer da agenda mediática tão repentinamente como chegou ou ainda teremos muitos mais capítulos para seguir?

Conclusão

Resolvi deixar o título deste exercício com uma interrogação, porque o caso da Wikileaks, neste momento, levanta mais questões do que a possibilidade de tirar conclusões – talvez ainda seja muito cedo para isso. Poucos negam que estamos a assistir à história a fazer-se, ao desenrolar de um processo cujas consequências não poderão ainda ser adivinhadas – consequências

essas que se referem tanto ao futuro do jornalismo, como às questões de segurança e regulação do ciberespaço, ou ainda, a efeitos nas relações geopolíticas mundiais.

A verdade é que estamos na vertigem de uma nova revolução que, tal como todas as outras, vem acompanhada de uma série de medos e incertezas. Nas sociedades ocidentais, até agora, eram os líderes que, com a autoridade que lhes está inerente, controlavam a informação. Actualmente, a tecnologia permite aos cidadãos desafiar essa autoridade. Por enquanto, os limites de ambas estão indefinidos.

Será interessante assistir à forma como velhas e novas organizações de media se irão relacionar no futuro. Será que as principais diferenças entre umas e outras serão apenas tecnológicas? Ou motivações ideológicas? A dinâmica poderá ser encontrada em função das suas diferentes missões enquanto organizações e a questão que se coloca é se, e quando, estas missões poderão comprometer o seu relacionamento.

Num artigo publicado por Castells sobre a Wikileaks, este declara que a questão fundamental é que os governos podem espionar, legal ou ilegalmente, aos seus cidadãos. Mas os cidadãos não têm direito à informação sobre aqueles que actuam em seu nome, a não ser na versão censurada que os governos constroem. Na sua opinião, «a ciberguerra começou. Não uma ciberguerra entre Estados como se esperava, mas entre os Estados e a sociedade civil internauta. Nunca mais os governos poderão estar seguros de manter seus cidadãos na ignorância das suas manobras. Porque enquanto houver pessoas dispostas a fazer *leaks* e uma internet povoada por *wikis*, surgirão novas gerações de *wikileaks*.»

No ensaio de Kenan Malick, este cita o escritor britânico Frank Skinner, que afirma que as pessoas costumavam comportar-se porque Deus as observava. Agora, parece que o mundo secular encontrou os seus próprios observadores. O argumento de Skinner revela o perigo de a questão da transparência poder evoluir para a vigilância. É importante distinguir entre a necessidade de controlar aqueles que possuem poder da necessidade de impedir que aqueles que possuem poder de controlar-nos.

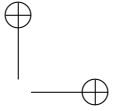
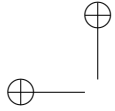
Na versão de Carlos Yarnoz, subdirector do diário espanhol: «o mais interessante a reter neste caso é a comparação entre o discurso oficial com o dos telegramas - estamos a descobrir mentiras e enganar que não põem em risco a segurança nacional, mas sim as carreiras dos protagonistas.»

Bibliografia

- ARQUILLA, John e David Ronfeldt. *The Emergence of Noopolitik – Toward an American Information Strategy* (1999) RAND Corporation
- BELL, David, *Ciberculture Theorists - Manuel Castells and Donna Haraway* (2006), Taylor & Francis Ltd
- CASTELLS, Manuel. *Communication power* (2009), New York: Oxford University Press
- CASTELLS, Manuel. *The Internet Galaxy – Reflections on the Internet, Business and Society* (2001) New York: Oxford University Press
- CARDOSO, Gustavo, *Os media na sociedade em rede* (2005), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- HIMANEN, Pekka, *The hacker ethic and the spirit of the information age* (2001), London : Vintage
- RAYMOND, Eric, *The Cathedral and the Bazaar* (2001), O'Reilly Media
- SIQUEIRA, Holgónsi Soares Gonçalves, *Sociedade em rede: conexões e desconexões*, (2004) Rede de Informações para o Terceiro Setor

Artigos online:

- “Just because they hunt witches doesn't mean we have to worship heroes”, disponível em http://www.kenanmalik.com/essays/gp_wikileaks.html
- “Consequências das revelações da wikileaks são difíceis de prever”, disponível em http://dn.sapo.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1724492
- <http://www.vaievem.wordpress.com/>
- “Analysing data is the future for journalists, says Tim Berners-Lee”, disponível em <http://www.guardian.co.uk/media/2010/nov/22/data-analysis-tim-berners-lee>
- “A ciberguerra do Wikileaks”, disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=620IMQ020>



Wikileaks e Internet: O que poderá mudar no jornalismo a partir daqui 43

Wikileaks e os mitos da era digital, disponível em http://pt.mondediplo.com/spip.php?auteur558&debut_auteurs=20

“Wikileaks: Estivemos na sala do “El País” onde se tratam em segredo documentos”, disponível em http://www.publico.pt/Mundo/wikileaks-estivemos-na-sala-do-el-pais-onde-se-tratam-em-segredo-os-documentos_1471577?all=1

